

SEXTA-FEIRA,  
12 DE MAIO DE 2006  
ANO XVI  
Nº 759  
SEMANÁRIO  
100\$00

# asemana

DIRECTORA: FILOMENA SILVA



COMPANHIA CABOVERDIANA DE SEGUROS

**Cape God International**

O restaurante preferido em S. Filipe, junto à animada Praça do Presídio.

PRATOS TÍPICOS DA ILHA, COM ESPECIALIDADE EM CACHUPA, DJAGACIDA E SANDES AMERICANAS.

Visite-nos! Telex: 2 81 33 98/28 33



SÃO VICENTE

**Briga de vizinhos por poluição sonora**

## Serra declara guerra à bagunça no Estado

PÁGs. 2 e 3

16

## AUSÊNCIA DO OE PARALISA O PAÍS

PÁG. 2



AUMENTO COMBUSTÍVEIS

**Água, Electricidade e transportes mais caros**  
Cifrão



AJUSTAMENTO SALARIAL

**Concertação Social discute aumento salarial em Maio**  
Cifrão

É a mais nova guerra do ministro João Serra. Através de um rol de medidas que o próprio considera impopulares, o ministro que agora tutela também o sector da Administração Pública decidiu meter mãos no que chama “cultura da bagunça” existente na administração pública cabo-verdiana. Os absentistas terão faltas descontadas nos salários, apenas serão contratados novos funcionários se houver verba para o efeito, as viaturas passam a ter um controlo mais apertado, etc. Uma “terapia de choque” que sequer deixa de fora as delegacias de saúde, escolas secundárias ou até fundos autónomos e institutos públicos. Tudo em nome de um “melhor Estado” exigido pelos cidadãos, segundo o titular da Administração Pública.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES

Os funcionários públicos podem colocar-se de sentido. O ministro das Finanças e Administração Pública acaba de produzir uma circular (nº1/2006) que pretende “melhorar a imagem da Administração Pública”, muito mal vista pelo cidadão comum. Pois, alega tal diploma a que **A Semana** teve acesso e cuja validade foi confirmada por João Serra, estudos feitos em 1994 e 2002 apontam que o grau de satisfação dos contribuintes em relação aos serviços do Estado “está aquém do desejado”. E, decidido a pegar este touro pelos cornos, Serra acaba de adoptar um conjunto de regras, no mínimo, capazes de causar calafrios a muito boa gente.

Assim, no caso das viaturas do Estado, cujo uso abusivo há muito se tornou num mal sem cura, as mesmas passam a estar “à disposição” do departamento a que estão alocadas “e não de um serviço em específico”, situação que permitia desvios por parte dos seus utilizadores. Com o novo esquema, a gestão de toda a

frota automóvel, bem como a distribuição de condutores passam a ficar “centralizadas na Direcção de Administração” do departamento governamental (ou instituto público) a que pertencem.

As medidas previstas para a melhoria da administração pública contemplam desde os prazos para a prestação de serviços aos utentes (30 dias e excepcionalmente 90) até ao controlo do horário de trabalho e assiduidade dos funcionários. O agente do Estado a que o “prestador de serviço” está alocado “é responsável pelo cumprimento dos prazos e pela aplicação de medidas para a normal prática de actos”. Com isso, segundo João Serra, pretende-se que todo o cidadão que recorrer à administração pública tenha uma resposta, de preferência, no prazo útil.

Ainda na mira de uma melhor administração, os serviços de atendimento público voltam a ter caixas de reclamação e sugestão dos utentes, por cuja chave responde o gabinete “da entidade máxima do serviço”,

e semanalmente os dados recolhidos devem ter o devido tratamento e encaminhamento.

#### PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE

Outra medida, que mexe com o grosso dos funcionários, é a pontualidade e a assiduidade. Os serviços devem, para o efeito, munir-se de pontógrafos, livros de ponto, cartão magnético, etc. Mas o melhor é a parte que vem a seguir: “Quem se ausentar do serviço após o registo de entrada e durante o período de trabalho, sem a autorização do superior hierárquico directo, terá falta injustificada”. Adeus o cafezinho das 10 horas, que se prolonga até ao meio-dia por causa do futebol, política e outras amenidades.

E não pense o prevaricador que o não cumprimento dessa regra vai ficar por isso mesmo. Segundo a circular, mensalmente, “devem ser remetidos à Direcção Geral da Contabilidade Pública (DGCP) os mapas



# Serra declara à bagunça

Rua Angola nº 13 - S. Vicente  
 Telef. 232 31 57 - Fax. 232 31 54  
 Móvel. 997 98 33



# ra guerra no Estado

de assiduidade, para efeitos de descontos das faltas injustificadas no salário". O serviço que não o fizer não terá liberalizados os salários do mês. Como se vê, o ministro quer os funcionários nos seus postos de trabalho, de preferência a produzir para o salário que levam para a casa, todos os meses.

Esta terapia de choque sequer deixa de fora as delegacias de saúde, escolas secundárias, fundos ou serviços autónomos e institutos públicos. Também aqui aqueles que não cumprirem as normas definidas "não receberão as transferências de duodécimos". Em relação ao pessoal docente, por exemplo, a DGCP "não processará nenhum salário enquanto não houver confirmação da disponibilidade orçamental e respectivo cabimento de verba na Comissão técnica".

## MEDIDAS IMPOPULARES

As medidas adoptadas pela circular n.º1/2006 contemplam vários outros aspectos que visam, segundo João Serra, o aumento da eficácia da administração pública. E, para que esta não seja apenas mais "uma medida bonita para ficar no papel", conforme o próprio entrevistado de **A Semana** refere, é também criado um Observatório da Administração Pública, que terá à frente o secre-

tário de Estado Romeu Modesto. Esse organismo vai fazer o acompanhamento e a supervisão das medidas adoptadas e reagir lá onde for necessário, com novas acções.

A este jornal, João Serra não esconde que se trata de medidas impopulares, depois de tantos anos de laxismo no Estado. A seu ver, se nada for feito contra isso, agora, dentro de pouco tempo Cabo Verde deixará de ter uma administração pública digna desse nome. "A gestão do Estado está a precisar de uma terapia de choque, digo-o de forma frontal, porque esta é a verdade. Noutros países, com muito mais recursos do que nós, todas as despesas públicas são controladas, o mesmo se passa com a produtividade e a assiduidade dos funcionários etc. Cabo Verde não pode fugir a isso, sob pena de se afogar nas disfunções que o seu aparelho público foi criando ao longo de todo este tempo", sublinha.

Para aquele governante, tais disfunções são resultado da "cultura da bagunça" e laxismo que foi tomando conta do aparelho público ao longo de todos estes anos e que urge agora pôr termo. "Espero que os cidadãos, sobretudo os contribuintes, aqueles que ajudam a manter o Estado de pé com os seus impostos e que exigem uma melhor prestação de serviço, entendam o que se pretende com estas medidas", conclui.

## Terapia de choque

O Estado de Cabo Verde, através do poder central e local, tem cerca de 24 mil agentes, que absorvem 60% das receitas do OE em salários. E para sanear a "bagunça" que se instalou no aparelho público, o ministro João Serra avisa que vários fundos, institutos e outros tantos serviços serão fundidos ou simplesmente extintos. Os recursos humanos e materiais serão colocados em função das necessidades existentes, "de acordo com os estudos feitos", explica o ministro das Finanças e Administração Pública, "dos 24 mil funcionários que o Estado possui, entre três mil e quatro mil são clandestinos ou fantasmas. É gente que foi contratada para prestar serviços pontuais e acabaram por ficar, entretanto, sem concurso e muitas vezes sem habilitações literárias. Esses 'clandestinos' não pagam IUR nem INPS e quando chegarem à idade da reforma é o Estado chamado, uma vez mais, para tomar conta deles. Por isso, goste-se ou não destas medidas que temos de tomar, o país não pode continuar com esta bagunça", sublinha.

Mas as medidas de choque não ficam, refira-se, pela circular n.º1/2006. Estas surgem, aliás, na sequência de outras já tomadas ou por tomar, no âmbito da chamada reforma do Estado, algo de que se fala desde os imemoriais tempos de Renato Cardoso. A partir de Janeiro passado, por exemplo, o controlo do consumo de combustíveis pelas viaturas do Estado passou a ser feito através de um chip electrónico, em vez das clássicas senhas, de desvio fácil. Com esse chip pretende-se reduzir de forma drástica o gasto que o Estado vinha apresentando com os combustíveis. "Hoje, a qualquer momento, é possível saber quanto consome uma viatura, que tem um plafond do qual não pode fugir", aponta o titular das Finanças e Administração Pública.

### MOTIVAR OS MELHORES

Sabendo que não se pode ter uma administração pública com servidores desmotivados, o governo vai também alterar o processo de promoção dos funcionários. E, para isso, pretende-se não só actualizar o PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) da função pública, como também alterar o actual sistema de avaliação dos servidores públicos.

"Actualmente, em termos de avaliação, todo o mundo na função pública tem nota 20, o que é uma aberração", aponta João Serra, para quem tal nivelção "é desmotivante para os que trabalham e que no fim do ano têm a mesma nota que aqueles que nada fazem e singram normalmente na carreira. Precisamos de um Estado com funcionários dedicados e para isso é preciso premiar aqueles que se esforçam, amam a sua profissão, e trabalham para o bem comum. Não podemos continuar com um sistema em que os médiocres e os bons são iguais".

E já que está com a mão na massa, aquele governante adianta que esta terapia de choque vai contemplar um sem número de serviços, fundos autónomos e institutos públicos, alguns dos quais, de acordo com a análise feita, serão fundidos ou extintos. Assim, cerca de uma dezena desses organismos deverão ir à vida. "Contribuem com as suas despesas para aumentar o défice público. O que se gasta com eles pode-se perfeitamente investir em sectores socialmente úteis e rentáveis para o país", advoga.

Neste sentido, João Serra salienta que estas medidas em curso visam precisamente obter "mais produção, mais eficiência, e sobretudo uma Administração Pública que justifica o que gasta, da qual o cidadão tenha orgulho, e isso só se consegue com medidas corajosas e de fundo".

Sabendo das "resistências" que vai naturalmente encontrar pela frente, o titular da Administração Pública adverte que, caso estas e outras medidas saneadoras não forem tomadas, em 2015, cerca de 80% dos actuais funcionários estarão na reforma, e como não há um fundo de reforma, a continuar o actual estado das coisas, o total dos recursos do Estado nessa altura apenas servirá para pagar os reformados. "E como pagar os funcionários que entretanto terão que entrar no sistema?", pergunta o entrevistado de **A Semana**. "É por isso que temos de tomar medidas de fundo agora, caso contrário, o Estado em Cabo Verde tem os dias contados".

A não aprovação do Orçamento de Estado de 2006 no ano passado por causa das eleições está a deixar, uma vez mais, vários sectores do país em situação aflitiva. Ao todo são mais de seis meses de paralisia da máquina administrativa, o que leva algumas vozes a defender que é hora de rever a prática da não aprovação de OE em ano pré-eleitoral. O ritmo do país, dizem, já não se compadece com essa prática.



# Ausência de Orçamento de Estado "paralisa" o país

Algumas câmaras municipais, sobretudo as que se encontram em processo de instalação, estão a passar por dificuldades financeiras para levar avante as suas actividades, apurou este jornal. Igual quadro está a acontecer com empresas privadas que mantêm relações comerciais e de outra índole com o Estado. Nos dois casos a razão é a mesma: a não aprovação, ainda, do Orçamento do Estado para 2006.

No caso dos municípios, estes aguardam a aprovação do OE para estabelecer com o governo contratos programas e, assim, tocar a vida para a frente, já que as transferências do FEF que o poder central faz ao poder local não chegam para as câmaras sobreviverem. A situação é mais dramática, ao que soube este jornal, nos novos municípios, que se encontram em processo de instalação, mas já com pressões de emprego, obras, etc. "Sem dinheiro tudo isso fica difícil", confessa uma fonte ligada a um dos recém-criados municípios de Santiago.

Junto dos operadores privados a situação não é diferente. É que o não pagamento das dívidas que o Estado tem para com elas está a criar-lhes sérios problemas de caixa, e desde Janeiro que os seus esforços de cobrança recebem sempre uma resposta invariável "estamos à espera do Orçamento" ou "só depois da aprovação do Orçamento". Sendo o Estado um cliente seguro, ainda que nem sempre fácil de cobrar, a todos não resta outra opção se não esperar pelo famoso Orçamento que tarda em chegar e já quando o primeiro semestre se aproxima do fim.

Mas, ao que parece, até o governo tem ele próprio razões de queixa da não aprovação ainda do OE de 2006. Pois, conforme o ministro das Finanças, há compromissos, em especial com parceiros de desenvolvimento, que só não foram ainda para a frente porque aguardam, também eles, a aprovação do OE pela Assembleia Nacional.

"Esta é uma situação que também nos afecta. Não é porque não temos recursos que não estamos a realizar determinados programas ou projectos, nomeadamente com os municípios, mas é a lei que nos impede de agir enquanto o OE não for aprovado", confessa João Serra, impotente. O ministro das Finanças é, ele próprio, defensor da tese de que é preciso mudar a prática da não aprovação do OE em ano pré-eleitoral, à afirmam alguns técnicos e cidadãos comuns.

Curiosamente, não há nada no sistema legal cabo-verdiano que impeça a aprovação do OE em ano pré-eleitoral. "Trata-se, sim, de uma prática iniciada nos anos noventa e que agora é difícil de mudar", explica uma fonte, que é corroborada por uma outra, para quem "seria bom que as coisas mudassem, pois o país já não se compadece com este tipo de prática. Com a campanha eleitoral, depois a discussão e aprovação do Programa do Governo, seguida da lei do OE, o país perde, no mínimo, seis a 12 meses. É muito tempo, em que não se pode fazer nada de útil. É preciso mudar isto".

No entanto, não havendo nada que impeça a aprovação do OE em ano pré-eleitoral, dados recolhidos por este

jornal sustentam que poder-se-ia aprovar o OE normalmente, podendo o partido que formar governo apresentar um OE rectificativo, adaptando-o ao seu gosto e programa de governação. "É assim que acontece noutros países, Portugal por exemplo", afirma um economista ouvido por este jornal.

Porém, mais uma vez, coloca-se o problema da prática criada. "Em plena campanha eleitoral, com os ânimos acesos, praticamente não há ambiente psicológico e político para a situação e a oposição discutirem nada, e muito menos o OE, que implica a definição dos salários, níveis de emprego, gastos públicos, etc. Uma hiperbolização que também acontece com os sindicatos e o patronato, que aproveitam a campanha para aumentar as suas reivindicações. Portanto, sendo o OE um assunto complexo, o problema não é só entre os políticos", afirma, por sua vez, um dirigente político.

Note-se, entretanto, que na falta do OE, o sistema prevê que o Estado continue a funcionar com o orçamento do ano anterior, aplicando o sistema de duodécimos, isto é, as verbas previstas na última lei orçamental continuam válidas mas repartidas em 12 meses. Esse mecanismo exclui, contudo, novos compromissos, o que contribui para a paralisia do Estado de que falam os operadores e analistas.

O ministro João Serra aponta um exemplo dessa "paralisia" quando diz que o governo tem previsto uma verba de um milhão de contos para contratos pro-

gramas com os municípios que só poderão ser liberados depois da aprovação do OE. E enquanto isso as Câmaras contam o tempo, vão adiando os investimentos para o segundo semestre, interrompem obras em curso e algumas até mandam trabalhadores para casa porque não podem nem suportar os salários nem continuar com as obras. "É o sistema que assim o impõe e, enquanto não for alterado, nada podemos fazer", conclui, desconsolado, João Serra.

## OE 2006

De todo o modo, o Conselho de Ministros aprovou na última quarta-feira a versão final da proposta de lei do OE para o corrente ano, a ser entregue na segunda-feira, à Assembleia Nacional, para posterior discussão e votação dentro de um mês.

Trata-se de um OE de 40,7 milhões de contos, que prevê um crescimento económico de 6,5 por cento e uma inflação de 3%. O custo dos combustíveis, em alta nos mercados internacionais, é apontado como um dos factores inibidores do presente OE, ainda assim considerado "expansionista", tendo em conta o crescimento da rubrica investimentos, que em 2005 foi de 11,6 milhões de contos e agora é de 15,2 milhões de contos. O combate à probeza, segundo o ministro das Finanças, é um dos propósitos deste OE.

A discussão do diploma acontecerá em finais de Junho, devendo o OE aprovado entrar em vigor apenas em Julho. Em Outubro entra-se na normalidade, com a aprovação do OE para o próximo ano.

# Pires visita Mauritânia

**O presidente Pedro Pires efectua em breve uma visita oficial à Mauritânia. O convite partiu do chefe de Estado mauritano Ely Ould Mohamed Vall, que quer reforçar os laços de amizade e cooperação com Cabo Verde. Petróleo, emigração clandestina e delimitação das águas territoriais estarão entre os principais temas deste encontro de dois bons amigos.**

A data da visita e a agenda do encontro entre Pires e Mohamed Vall ainda está por definir. Mas tudo leva a crer que um dos temas fortes a serem discutidos pelos dois chefes de Estado será o petróleo off-shore mauritano e a delimitação das águas territoriais com o nosso país. É que, depois de ceder à empresa australiana Woodside a exploração das suas reservas petrolíferas a 70 km de Nouackchott, a Mauritânia acredita poder obter mais crude junto da fronteira marítima com Cabo Verde. O governo daquele país vizinho já criou inclusive (Fevereiro deste ano) uma Comissão para supervisionar e dirigir a prospecção do petróleo e de outros recursos naturais no país. Pelo que a demarcação das águas territoriais seria o primeiro passo, antes de iniciar novas prospecções.

Mas não será apenas o “*dossier petróleo*” a centrar as atenções de Pedro Pires e Mohamed Vall, até porque a cooperação entre estes dois Estados da costa ocidental africana abrange outros sectores. Assim, deverá estar sobre a mesa de discussões a segurança e a luta contra a criminalidade, sobretudo no Atlântico. Um tema oportuno tendo em conta o recém-criado projecto europeu, denominado SeaHorse, que incluiu Cabo Verde e Mauritânia, junto com o Senegal e alguns países da Europa – Espanha, França, Itália, Alemanha, Portugal... – numa vigilância conjunta do Atlântico para o combate à emigração clandestina de África para o Velho Continente.

Este assunto, aliás, incomoda tanto as autoridades da Praia como as de Nouackchott, já que Cabo Verde e Mauritânia estão referenciados como os principais países de acesso à Europa, uma aventura que tem provocado algumas tragédias.

O sector das pescas deverá merecer também a atenção de Pedro Pires, e do seu homólogo, Mohamed Vall. A Mauritânia, possuidora de um dos mais ricos recursos marinhos na região, quer abordar com as autoridades cabo-verdianas a exportação do pescado para o mercado da União Europeia, zona económica que reabriu recentemente as portas ao pescado de Cabo Verde. De recordar também que, fruto de anos de boas relações de cooperação entre os dois países, está para chegar a qualquer momento a areia da Mauritânia que virá pôr fim à crise desse material de construção civil em Cabo Verde.

A nível político, Pedro Pires deverá aproveitar esta visita para consolidar a sua posição de “*presidente da paz*” na região. Ele que, segundo consta, é visto como um “*elemento activo para a estabilidade na Mauritânia*”, facto comprovado com a visita em Agosto passado do ministro da Justiça mauritano, enviado especial do Conselho Militar para a Justiça e Democracia – grupo que tomou o poder naquele país – para receber de Pires “*conselhos e apoio ao processo de transição*”.

Herminio Silves



Sexta-feira, 12 de Maio de 2006

Actualidade

PUB

JOSÉ MARIA VARELA



# OS DESAFIOS DA PRAIA

Nestes dias de festa, a cidade da Praia faz contas às ideias e projectos para o futuro, nas mais diversas áreas. Nestes 148 anos de vida, há quase uma exigência de que esses sonhos se tornem cada vez mais tangíveis, para que a carteira de desafios para os próximos dois anos se concretize e mude a face da capital por alturas do seu 150º aniversário. Nessa altura, a posição mais natural deverá ser a de uma locomotiva capaz de puxar a ilha e o país rumo a um desenvolvimento, ainda mais desejado do que conseguido.

Temos de encarar a Praia do futuro com optimismo, mas sendo ela de todos, a nossa obrigação passa pela federação de vontades, todos com o mesmo querer, para que possam materializar-se os desígnios desta urbe. Para começo de caminho, os praienses devem experimentar hábitos mais urbanos. Menos animais à solta; ruas com menos água suja, mais iluminação pública e menos lixo. Uma melhor educação para a cidadania seria uma forma de pôr termo a estas “deficiências”, equem sabe ela se torne mais humanizada e aprazível para viver e com munícipes de hábitos mais compatíveis com a vida numa cidade. E seria desejável que a maioria dos seus habitantes passasse a tratá-la com carinho e fosse capaz de reivindicar tudo o que é devido a um cidadão, de forma organizada, através de associações de defesa do consumidor, por exemplo. E para aqueles que persistem em comportamentos pouco adequados para uma convivência em sociedade, recomenda-se atitudes preventivas ou firmeza das autoridades perante os prevaricadores. Isto tem que ser válido tanto para quem deita o lixo fora dos contentores como para os praticantes de certos crimes que fazem parte do quotidiano da cidade.

A Praia terá com certeza diversas

potencialidades, por isso justificando-se a sua especialização em áreas que se mostrarem mais úteis para um futuro que se quer de crescimento e de desenvolvimento. A descoberta dessas vocações deverá ser tarefa de todos – poderes instituídos e cidadãos – e a concretização desses desafios terá que contar com o concurso do governo, do poder municipal, de empresas públicas e privadas, ONGs, sociedade civil. Assim se chega a uma Praia de consenso, mobilizadora de todas as vontades. Abro um parêntesis para admitir uma certa evolução ou câmbio nas vocações,

“

*Temos de encarar a Praia do futuro com optimismo, mas sendo ela de todos, a nossa obrigação passa pela federação de vontades, todos com o mesmo querer, para que possam materializar-se os desígnios desta urbe.*

”

hoje, já que as expectativas e as metas podem ter variado muito, desde a Praia capital de um “país invejável” em 1975 até se chegar a um País de Desenvolvimento Médio.

Para a realização da empreitada, o Estatuto Especial para a Cidade da Praia e o Plano Director Municipal são dois instrumentos bem-vindos e essenciais mas que precisam de recursos financeiros e uma vontade férrea para a sua concretização. Algumas infra-estruturas – construídas ou já projectadas –, dão-nos um panorama do que poderá vir a ser esta cidade, sendo

que em certos casos a falta de audácia é notória. Muito se tem falado nas relativamente modestas dimensões do Aeroporto da Praia, recentemente inaugurado. Do novo Porto da Praia, em gestação, espera-se que seja menos acanhado, com cais diferenciados para mercadorias e embarcações de turismo, evitando que os passageiros fiquem a apanhar “seca” ao largo, à espera de lugar para atracar, como algumas vezes sucede. A escala, tanto do actual cais de pesca como das suas instalações frigoríficas, carece de revisão.

Por outro lado, uma cidade que se quer prestadora de serviços deve equipar-se de capital humano de qualidade, daí o reforço na excelência dos serviços de educação e de saúde. A par dos investimentos em recursos humanos, deve-se cuidar das tecnologias, das infra-estruturas sanitárias e da energia (viva o anunciado parque eólico da Ponta de Água!).

Principalmente depois da independência, e por razões várias, a cidade da Praia tem crescido – e muito – em área e número de habitantes, mas sem correspondência em termos de conquistas a nível do urbanismo ou da inclusão social. A capital do país terá que enfrentar e vencer o desafio que consiste em reduzir as desigualdades e assimetrias que poderão ser potenciadoras de tensão social, o que não interessa a ninguém. Para isso, torna-se urgente um maior investimento em capital social para podermos desfrutar de mais segurança e tranquilidade, com menos muros fortificados.

Quando a Assomada é também aniversariante, os votos de franco progresso vão para as duas cidades de Santiago e, para quem é mais jovem, fica o conselho de, perante os exemplos dos mais velhos, seguir os bons e evitar os maus.

OPINIÃO

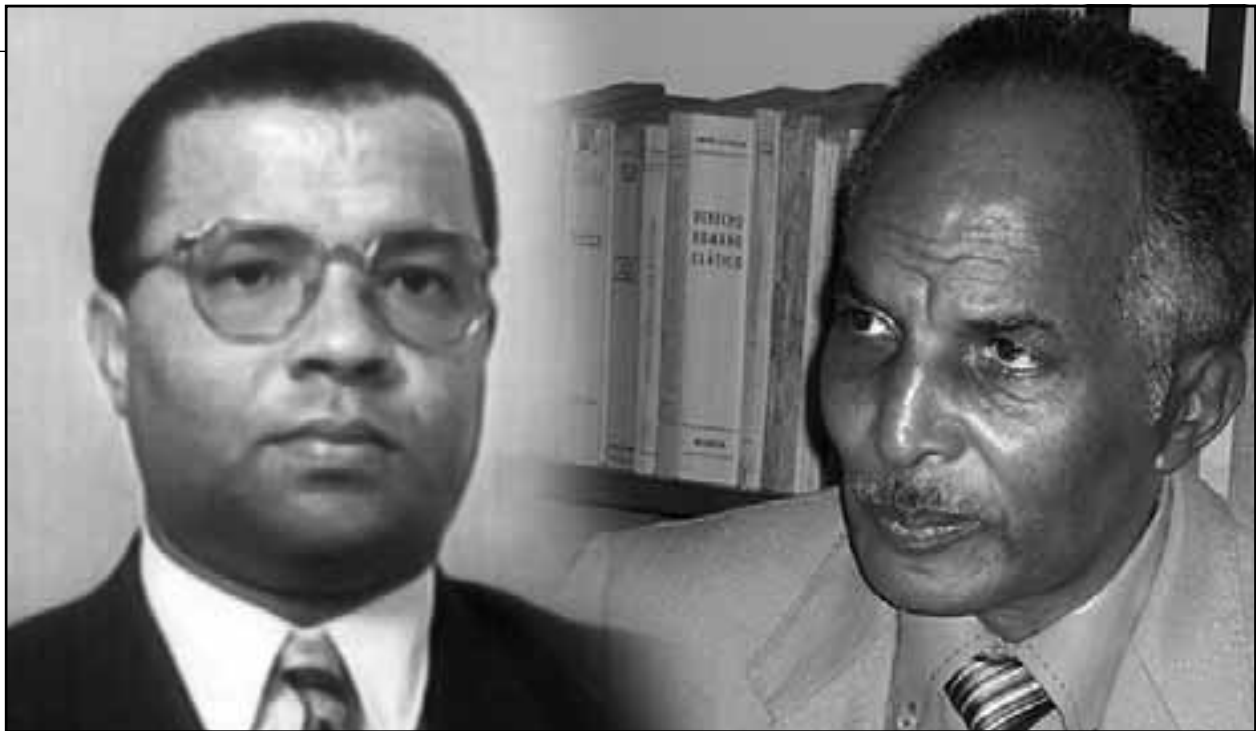
Actualidade

Sexta-feira, 12 de Maio de 2006

PUB

**Sem as polémicas do passado, os advogados elegem hoje os novos órgãos da OACV. Arnaldo Silva e Vieira Lopes são os dois candidatos a bastonário, prometendo ambos uma Ordem independente e isenta face ao poder político, mas também responsável e à altura da classe que representa.**

Por: JOSÉ VICENTE LOPES



## Arnaldo Silva 'versus' Vieira Lopes

Pela terceira vez, desde a sua criação em 2001, a Ordem dos Advogados elege hoje, 12, os seus órgãos. Duas listas disputam a confiança dos cerca de 130 advogados inscritos na OACV, uma encabeçada por Arnaldo Silva e outra por Felisberto Vieira Lopes. O acto eleitoral decorre entre as 10 e as 18 horas, na Praia e no Mindelo.

Ao contrário das vezes anteriores, desta feita a disputa está a decorrer sem sobressaltos. De acordo com uma fonte independente, para isto contribuiu a forma como o processo eleitoral foi montado: "Para começar, todos os advogados inscritos, independentemente de terem ou não as quotas em dia, podem votar".

Há uma outra razão que a mesma fonte entende ter contribuído para que estas eleições sejam até aqui pacíficas: "todas as reclamações" apresentadas pelas listas concorrentes "tiveram uma resposta" da Comissão Eleitoral, designada para o efeito pelo Ministério da Justiça. "Além de mais tranquilo e transparente, o processo está a ser mais democrático, e só não participa quem não quer".

Esta opinião é subscrita pelos dois candidatos a bastonário, para quem a Comissão Eleitoral realizou um trabalho com transparência, isenção e imparcialidade. "Desta vez acreditamos que não vai haver problemas. Quem ganhar, que os resultados sejam aceites e a OACV, a partir de segunda-feira, entre na normalidade", afirma Arnaldo Silva. Vieira Lopes apenas lamenta que a CE não tenha sido também administrativa. "Mesmo como Comissão Eleitoral, ela tem procurado ser isenta, com decisões muito bem fundamentadas, que são exemplo para a própria justiça em Cabo Verde", congratula-se.

A coincidência de posições entre os dois concorrentes repete-se a nível programático. Ambos defendem uma OACV que seja independente e isenta face ao poder político, mas aberta e preocupada com os advogados e os problemas que se colocam para a melhoria da justiça no país, bem como a necessidade do diálogo que deve haver entre a Ordem e o Governo.

"Se tivermos uma OACV em oposição

ao governo, que faz pressão ao governo, é melhor fechar as portas", diz Arnaldo Silva. Vieira Lopes, por seu turno, salienta que "a OACV não pode ser governo nem oposição ao governo". E explica: "Se a OACV for governo perde a confiança dos seus associados e da população; e se for oposição desacredita-se. São problemas desta natureza que têm a OACV desacreditada".

Fora isso, Arnaldo Silva concorre com "espírito positivo", seguro de que irá vencer por ter consigo "a melhor equipa" e "o melhor programa". Entre os seus propósitos constam a elaboração do código deontológico dos advogados, formação e superação dos profissionais que integram esse sector, nomeadamente através de estágios, montagem de uma biblioteca jurídica, etc.

"Temos uma equipa jovem, multifacetada, engajada no processo da OACV, gente que conhece os problemas da justiça e da classe", sublinha, acusando a outra lista de ter advogados que nunca patrocinaram uma causa, sequer puseram os pés na OACV, e juntos devem mais de 3500 contos de quotas. Para Silva, a Ordem de Advogados é um assunto demasiado importante para ser "entregue nas mãos de pessoas que nunca se interessaram pela OACV, só criaram problemas".

E mais, na busca do diálogo que deve haver entre o governo e a OACV, Arnaldo Silva garante que ele e os seus pares é que estão em melhores condições de levar avante essa postura. "Não dizemos isso de ânimo leve", afiança. "Se por algum milagre a outra lista ganhar, esse diálogo nunca acontecerá. Desde logo o outro candidato a bastonário é uma pessoa que nunca respeitou as instituições de Cabo Verde".

Vieira Lopes, por seu turno, diz que concorre com "o mesmo espírito" que o levou a ajudar a criar a OACV, em 2001, "em benefício da advocacia" e "da justiça em Cabo Verde". Para ele, quem está na justiça não põe a si próprio o critério de aceitar ou não os resultados de uma eleição como a que hoje se disputa. "Tem de trabalhar com aquilo que for legal", na certeza de que "o futuro a Deus pertence".

Tirando isso, VL diz que vai prosseguir na valorização da justiça e dos advogados, "um serviço que a nação tanto necessita". Ajudar os estagiários na sua integração no mercado e o saneamento financeiro da OACV são dois outros grandes propósitos da lista deste candidato, para quem, do ponto de vista financeiro, a Ordem "está na miséria".

### QUOTAS

Quanto às quotas, Vieira Lopes afirma entender que não é por essa via que "nenhuma Ordem no mundo se sustenta". Sem perder tempo com as "falsidades" e "calúnias" da lista adversária (nomeadamente quanto à dívida de mais de 3500 contos, até porque, afirma, as quotas não foram ainda definidas), VL diz pretender a dignificação da OACV, na certeza de que há coisas bonitas que todos gostam de ver. "É claro que há aqueles que sempre dizem mal, mas nós não ligamos, porque olhamos para frente e para cima. Aqueles que dizem mal é a maneira que têm de elogiar".

Ainda em relação às quotas, VL candidato propõe 1500 escudos para os advogados com mais de dois anos de profissão e mil para os restantes. Arnaldo Silva rebate que isso não passa de uma "proposta demagógica". Aliás, ele, Arnaldo Silva tem a intenção levar a questão das quotas para a primeira Assembleia-Geral que, em consenso, estabelecerá o montante a pagar. Mas, desde já vai defendendo que têm de ser os advogados, com as quotas, a sustentar a OACV. E que medidas serão tomadas, conforme a lei, contra quem não pagar.

"Se quer ser autónoma e independente, a OACV não pode esperar ser financiada e sustentada pelo governo", diz Arnaldo Silva. "Não é com quotas demagógicas de mil escudos que conseguiremos uma Ordem independente e autónoma. Por isso, defendemos uma quota que garanta a sobrevivência da Ordem, e não umas quotas que simbolizem o seu fecho".

"Sustentar a OACV com quotas é dar cabo dos advogados", contrapõe Vieira Lopes, que refuta a ideia de suspender ad-

vogados do exercício da profissão por não pagamento de quotas. "Se o próprio Estado não suspende um comerciante porque se atrasou no pagamento de impostos, como é que uma Ordem de Advogados, que deve ser limpa, legal e legítima, vai fazer isso?".

### ESTRANGEIROS

Um outro ponto que divide as duas listas é a aceitação ou não na OACV de advogados estrangeiros. Arnaldo Silva é a favor, com base no princípio da reciprocidade, até porque têm aparecido pedidos de inscrição de colegas portugueses, brasileiros e italianos (aliás, um fenómeno referido há tempos por este jornal). Vieira Lopes, que exerceu vários anos em Portugal, mostra-se mais cauteloso. Dá a entender que não quer que Cabo Verde venha a ser um "curral de conchelo", onde, por não ter portas, "toda a alimária pode entrar".

"Em todos os países, a entrada de estrangeiros é regulada", defende. "Ninguém pode chegar aqui, pôr loja e depois desaparecer. Além do princípio da reciprocidade, é preciso estabilidade e continuidade. Foi o que aconteceu comigo quando estive em Portugal. Tive de comprovar que estava instalado com estabilidade. Inclusive, antes do meu regresso a Cabo Verde, estive cinco anos a tratar dos casos dos meus clientes. Não lhes virei as costas".

### DESAFIOS

Não sendo poucos os problemas que a OACV enfrenta, no entender da fonte citada no início deste trabalho, três grandes desafios se colocam à direcção que sair das eleições de hoje: fazer com que os advogados se sintam uma classe acima de tudo, "não pode continuar a haver gente que não se revê na OACV"; tratar do problema da assistência judiciária, encontrando com o governo as vias de pagamento dos honorários; e a situação dos estagiários, na sua maioria entregues à sua sorte. "Tem de haver um programa sério de acompanhamento e formação dos estagiários, de modo a inseri-los na classe", conclui.

## TERMINAM ALEGAÇÕES DO PROCESSO VOO DA ÁGUIA

*O Ministério Público manteve a sua convicção de que os catorze arguidos do caso Voo da Águia pertencem a uma organização criminosa transnacional. A acusação pediu uma atenuação extraordinária da pena para Maria Isabel e Samira Paula, cujos depoimentos reforçaram a tese da acusação. Tirando a defesa destas duas arguidas, tidas como as peças chaves do julgamento, os advogados dos restantes envolvidos apelaram à inocência geral e acusaram a Judiciária de ter forjado provas acusatórias neste processo. A sorte dos acusados será lida pelo Tribunal de S. Vicente no próximo dia 8 de Junho.*

Por: KIM-ZÉ BRITO



## Sentença no c

O Ministério Público pediu uma “*atenuação extraordinária*” da pena a ser aplicada à arguida Maria Isabel e deixou ao juiz a liberdade de, querendo, isentar Samira Paula de uma provável condenação. Nas suas alegações finais, a acusação reconheceu a importância dos depoimentos de Isabel e Samira, que foram considerados, até pelo próprio juiz, como os mais polémicos e acusatórios, por apontarem o dedo os principais visados do processo: o holandês Louis Martins, alegado cabecilha de uma rede de narcotráfico, a sua namorada Ivanilde Mendes, a rabidante Maria Segunda, o funcionário da TACV Zé Rui e o “*cambista*” Hermelindo, entre outros elementos.

“*Samira foi determinante no desmantelamento da célula criminal, assim como Maria Isabel. Sem os testemunhos das duas, seria difícil demonstrar a ligação entre os membros da organização*”, afirmou o procurador da República, que manteve a sua posição inicial, acusando os catorze arguidos de pertencerem a uma organização de narcotráfico, supostamente dirigida pelo holandês Louis Martins e a cabo-verdiana Ivanilde Mendes, com o alegado suporte de outros elementos sediados na cidade da Praia. Aliás, o Ministério Público deixou claro que as “*movimentações dos arguidos*” visando o transporte da droga de São Vicente para a cidade da Praia tiveram início em Junho, numa clara referência a um dado fornecido ao Tribunal por Samira Paula. Esta confessou ter participado no tráfico antes de Julho, mês da detenção dos suspeitos.

Para suportar a tese de associação criminosa, o MP fez alusão a sistemáticas ligações telefónicas trocadas alegadamente entre os arguidos e que, na perspectiva da acusação, atiram por terra a ideia de que os suspeitos não tinham contactos entre si ou que não se conheciam antes de a intervenção policial ser despoletada.

As viagens de determinados elementos a São Vicente tinham, no entender da acusação, o propósito de promover o acondicionamento da droga e preparar o embarque para a cidade da Praia, através de vários correios. Do mesmo modo, o recrutamento dos intervenientes na ilha de Santiago comprova, na perspectiva do Ministério Público, o elo de confiança existente entre as pessoas da alegada organização. Para a acusação, faz pouco sentido contratar “*mulas*” na cidade da Praia quando a droga estava armazenada algures em São Vicente, por acarretar gastos adicionais. A não ser

que essas pessoas estivessem sintonizadas num mesmo propósito: o narcotráfico.

Caso o Tribunal considere a acusação válida e sustentada em factos, os arguidos podem ser condenados a uma pena entre os cinco e vinte anos de cadeia. Com base na lei que enquadra o tráfico de droga, a pena para quem criar, chefiar ou financiar uma organização criminosa, composta por duas ou mais pessoas, vai de dez a vinte anos de prisão. E, quem aderir ou colaborar com uma organização semelhante pode ser sentenciado entre cinco a quinze anos de encarceramento. E, na perspectiva do Ministério Público, cada um dos catorze arguidos tinha uma clara função no esquema de narcotráfico desmantelado pela Judiciária no dia 13 de Julho de 2004.

O suposto grupo seria composto, nesse sentido, por um cabecilha, coadjuvado por duas mulheres que angariavam “*correios*”, por pessoas colocadas numa companhia aérea e numa agência de viagem, além de outras que tinham a função de “*correio*”. Salvaguardando o pedido de atenuação da pena às arguidas Samira e Maria Isabel, o MP pede a condenação para os demais acusados.

## Postura colaborante

A postura colaborante da dupla Samira-Isabel foi enaltecida pelo defensor destas arguidas que, com base na lei da droga e nas alegações da própria acusação, pediu ao Tribunal para decretar a isenção da pena às duas ou uma atenuação considerável. Para João do Rosário, ficou clara a contribuição das duas constituintes para a análise factual dos autos.

“*A dispensa da pena seria a melhor alternativa, tendo em conta os dois anos de prisão preventiva a que estiveram sujeitas*”, acrescentou o jurista, que discordou, no entanto, da convicção do Ministério Público de que os catorze arguidos pertencem a uma suposta associação criminosa. Para este advogado, a afirmação é gratuita pois, como explica, uma organização do género implica o envolvimento de várias pessoas movidas por um mesmo propósito. E, na perspectiva de João do Rosário, o único elemento de relação entre os vários implicados são as ditas chamadas telefónicas que, na sua opinião, não provam nada.

Quanto à arguida Maria Socorro, também defendida por este ex-procurador, João do Rosário lembrou ao Tri-

bunal que a moça nega o seu envolvimento no esquema de narcotráfico, pois alega que alguém lhe entregou as malas enquanto passageira e que ela desconhecia o conteúdo das mesmas. Além do mais, recorda que os “*correios*” são o elo mais fraco no mundo de tráfico. Por isso, o jurista pediu uma pena proporcional à conduta de Socorro.

A estratégia concertada pela defesa, composta por sete advogados, ditou que João do Rosário fosse o primeiro a intervir nas alegações finais, seguido dos colegas Jorge Semedo, João Gomes, Tito Coronel – todos de São Vicente – e por José Pinto Monteiro, Hélio Sanches e, por último, Eurico Monteiro, estes estabelecidos na Praia. Este grupo de causídicos direccionou toda a sua artilharia contra a prática do crime de associação criminosa, defendida desde o início pelo MP. Curiosamente, os quatro primeiros advogados tentaram ser o mais sucintos e directos possível nas suas alegações, enquanto os restantes usaram, em média, uma hora e dez minutos de tempo cada um para desfiarem os seus argumentos em defesa dos seus clientes. Se o tempo fosse um critério de vantagem ganhava Eurico Monteiro: falou durante duas horas e meia.

## Ataques à Judiciária

Para o julgamento da operação Voo da Águia, na perspectiva do advogado Jorge Semedo, a acusação alicerçou os seus argumentos em documentos e provas angariadas pela Judiciária que, na opinião desse defensor, não têm nenhuma credibilidade por “*terem sido inseridas no processo de forma ilegal*.” Alguns desses documentos foram inclusivamente objecto de recurso ao Supremo Tribunal e, antevê o jurista, o mais certo é virem a ser retirados do processo.

“*A PJ preocupou-se neste processo com a publicidade e não com a objectividade*”, afirmou o defensor da arguida Lúcia Tavares, para quem os autos estão repletos de nulidades, nomeadamente a lista das chamadas telefónicas, que foi alegadamente adquirida à margem da lei, sem uma ordem do juiz.

Semedo pega nas contradições entre os depoimentos de Samira Paula e de Lúcia Tavares – a Lizy – para pedir a absolvição da sua constituinte. Aliás, na perspectiva deste advogado, o nome de Lizy nem deveria constar deste processo-crime, no qual ela é acusada de ser a angariadora de





# dia 8 de Junho

**Reportagem**  
Sexta-feira, 12 de Maio de 2006

Samira como “correio”.

Contundente na sua intervenção, o advogado João Gomes, o terceiro a falar, atacou claramente quer a tese de associação criminosa quer a alegação segundo a qual as operações do grupo tiveram início no mês de Junho. Gomes, que perdeu um irmão em Portugal por causa do consumo de droga exactamente no dia do início deste julgamento, teve por missão derrubar a tese de que os arguidos José Carlos e Avelino Tavares estiveram em São Vicente a empacotar a cocaína apreendida pela PJ. Esta operação, segundo convicção do MP, aconteceu numa pensão da cidade do Mindelo, estando presentes Ivanilde Mendes e Louis Martins.

João Gomes, porém, se apoia nas datas enunciadas pelo Procurador da República, nos depoimentos de uma testemunha e nas provas apresentadas pela PJ, para defender que não há sustentabilidade nessa acusação. Do mesmo modo, refutou a ideia de que os dois réus tivessem fugido num carro do aeroporto de S. Pedro, quando se aperceberam de que a Judiciária estava em campo.

Aliás, Gomes recordou que a Judiciária foi apanhada de surpresa pela quantidade de pessoas encontradas no aeroporto de S. Pedro e supostamente relacionadas com o esquema de tráfico. Tudo indica que nem todos os envolvidos estavam referenciados pela polícia. Seria o caso de Samira Paula, posteriormente presa na cidade da Praia porque, segundo apurou este semanário, alguém a denunciou e pôs a Judiciária no seu encaixo. Um procedimento estranho pois, no mínimo, parte considerável dos 220 quilos de cocaína apreendidos poderia ficar a salvo. Aliás, o Ministério Público afirmou nas suas alegações que a quantidade de droga apreendida ultrapassa os 220 quilos quando, durante muito tempo, a imprensa divulgou que o peso era de 202 kg.

Para João Gomes, nada prova que José Carlos e Avelino estiveram a empacotar a droga e que pertencem a uma rede de traficantes. Por este motivo pediu a absolvição dos dois. Quanto a Zuca Leila, que tinha 17 anos quando foi presa, Gomes entende que ela limitou-se a prestar um favor ao brasileiro que lhe pediu para despachar as duas malas para a cidade da Praia. Atendendo à idade da arguida e o facto de ela já ser mãe, o jurista pediu ao Tribunal para ser benevolente no seu julgamento, caso decida condená-la por tráfico.

O advogado Tito Coronel considerou descabida a acusação formulada contra Caetano Barros, funcionário da agência

de viagens Praiatur, que foi “amarrado” no julgamento pelas declarações de Samira Paula. Esta arguida assegurou ter recebido um bilhete de passagem e um envelope das mãos de Caetano Barros para poder viajar para São Vicente. Para Tito Coronel, a conduta do seu cliente não constitui nenhum dolo, mesmo que eventual. No máximo, o procedimento de Caetano poderia, na sua perspectiva, constituir um acto isolado e natural, por trabalhar numa agência de viagens. Por esta razão, o defensor pediu a absolvição do seu cliente, mesmo afirmando estar convicto de que a acusação contra Caetano seria retirada pelo Ministério Público.

## Crispação entre advogados e juiz

A intervenção de José M. Pinto Monteiro, além de ter sido extensa, provocou, logo no início, a reacção do juiz, que não aceitou determinados comentários feitos pelo advogado. O debate entre os dois foi acalorado e aumentou de tom quando Eurico Monteiro resolveu entrar na dança, em defesa do colega. “É intolerável que o juiz se intrometa na minha defesa”, disse, a dado passo, Eurico Monteiro, numa altura em que os ânimos estavam exaltados. É que o juiz Manuel Andrade não acatou com agrado a intromissão de Dico no diálogo entre ele e o advogado José M. Pinto Monteiro.

Tudo indica que a quezília estaria relacionada com os sucessivos indeferimentos do juiz aos requerimentos ditados para a acta do julgamento por quatro dos advogados da defesa. Este procedimento foi registado nalgumas sessões, especialmente durante a manhã do dia 3, que foi praticamente preenchida por requerimentos e que visaram alguns pontos: a apresentação, no julgamento, dos objectos apreendidos pela PJ e dos documentos originais; os exames laboratoriais; a audiência aos peritos dos laboratórios que testaram a cocaína; novo interrogatório a agentes da Judiciária...

O Tribunal considerou, entretanto, que os advogados tiveram tempo de conhecer os autos, razão por que indeferiu alguns dos requerimentos, entrados fora de prazo. Por outro lado, o juiz deixou claro que seria quase impossível o depoimento dos peritos laboratoriais portugueses e que a estratégia da defesa visava puramente a dilatação da audiência. Por seu turno, o Ministério Público recordou a postura da defesa que chegou a opor-se, inicialmente, a um pedido de audição dos

policiais que participaram na captura dos suspeitos.

Passada a tempestade, e à semelhança dos colegas que o precederam, Pinto Monteiro descartou a possibilidade de haver uma organização criminosa envolta no caso Voo da Águia, ainda mais comandada pelo holandês Louis Martins. Essa acusação foi classificada de “mirabolante” pelo advogado, que elencou algumas falhas que, na sua opinião, foram cometidas pela investigação policial: audição de arguidos sem a presença de um advogado; filmagens de suspeitos que não foram anexadas aos autos; destruição de provas; e, no acto da indexação de documentos ao processo, uso de cópias em detrimento de originais. Além disso, Pinto Monteiro considerou que a alegação do Ministério Público esteve assente basicamente nas declarações das arguidas Samira e Maria Isabel. É que, para o defensor dos arguidos Hermelindo e Maria Segunda, as palavras dessas duas arguidas têm o mesmo valor que as de outras pessoas envolvidas no caso. Isso apesar de essas declarações incriminarem também quem as fazia.

A argumentação deste jurista demorou mais de uma hora para, no final, Pinto Monteiro considerar que nenhuma das acusações atribuídas a Hermelindo e a Maria Segunda foram provadas na audiência, pelo que pediu a absolvição dos seus clientes.

## “Irregularidades processuais”

Coube ao advogado Hélio Sanches defender a pessoa mais visada do processo: o holandês Louis Martins, tido como o comandante da organização criminosa. Mas, contrariamente a Pinto Monteiro, Sanches começou a sua intervenção felicitando a atitude isenta como o juiz Manuel Andrade encaminhou o julgamento. Para Sanches, houve “muitas irregularidades processuais” no caso, cometidas alegadamente pela Polícia Judiciária. Seguindo a estratégia da defesa, questionou a forma como as autoridades tiveram acesso a uma listagem das chamadas telefónicas usada pela acusação, quis saber o paradeiro de uma filmagem feita a três arguidos e cuja casete não estava no processo, desvalorizou as fotocópias dos documentos presentes nos autos e perguntou por que razão a droga apreendida foi antecipadamente destruída.

“Qual a prova de que Louis criou, dirigiu ou financiou uma organização criminosa?! É curioso como a arguida Samira falou de quase todas as pessoas, menos de Louis Martins!”, realçou o jurista, que achou estranha a circunstância de um alegado chefe mafioso cometer o erro de andar com um quilograma de cocaína no seu carro, sabendo que pode ser alvo de abordagem policial. Como referiu Sanches, o holandês assegurou que “alguém” deu-lhe um “embrulho” para levar consigo para a Praia e que guardou essa encomenda na sua mochila.

Segundo Sanches, em momento algum Martins viu o conteúdo do pacote e não assinou nenhum auto de apreensão. “Não há nenhuma prova de tráfico contra o nosso constituinte”, afirmou Sanches, que defendeu a absolvição do holandês. Antes, no entanto, advertiu o juiz para não se deixar influenciar pelo “sensacionalismo” da imprensa e assegurou que esse assunto – provavelmente a difamação – será depois alvo de tratamento judicial. Apesar da “boa intenção” de Sanches, o juiz não gostou dessa chamada de atenção e lembrou ao jurista que fica mal esse tipo de procedimento numa audiência.

O último toque da defesa ficou a cargo do jurista Eurico Monteiro, defensor de três arguidos: Ivanilde Mendes, José Rui e a professora Maria Fernanda. As alegações de Monteiro foram lidas na manhã de quinta-feira e duraram duas horas e vinte e nove minutos. Devido ao timing para o fecho da edição, este jornal não conseguiu acompanhar a intervenção do referido advogado. Todavia, informações avançadas pela imprensa dão conta que Monteiro malhou forte na PJ e afirmou que não há provas capazes de sustentar a ideia de organização criminosa e tão-pouco contra os seus três constituintes. Tal como os colegas Pinto Monteiro, Sanches, Gomes, Coronel e Semedo, Eurico Monteiro também pediu a absolvição dos réus.

A sentença do processo, o mais complexo enfrentado pelo juiz Manuel Andrade, ficou marcada para o dia 8 de Junho. Mas, perante a inocência da maioria dos arguidos, propalada por seis dos sete advogados, resta perguntar se os 220 quilos de cocaína mostrados pela PJ à comunicação social foram uma dádiva dos deuses ou um truque de ilusionismo.

Tripulação e 58 clandestinos estão sob escolta policial

## Pesqueiro atraca no Porto da Praia após rebentar as amarras



Depois de três dias fundeado ao largo da baía, o pesqueiro que transporta 58 passageiros clandestinos acostou na tarde de ontem no Porto da Praia. É que o cabo que ancorava a embarcação ao rebocador cabo-verdiano rebentou, forçando as autoridades a autorizar a aproximação ao porto. Sob escolta policial, os imigrantes permanecem no barco.

O governo não vai permitir a entrada no país dos clandestinos e dos cinco tripulantes encontrados numa embarcação de tamanho médio, proveniente de Dakar, Senegal, mas que exhibe uma bandeira do Gana.

Júlio Correia, ministro da Administração Interna, é peremptório ao afirmar que Cabo Verde precisa "conter a emigração irregular". As autoridades esperam terminar a reparação de uma avaria no motor da embarcação para escoltá-la para fora das águas territoriais de Cabo Verde, deixando os ocupantes entregues ao seu destino. Até lá, os 63 homens manter-se-ão no Porto da Praia, onde atracaram por volta das 16h de ontem.

Segundo José Fortes, director do Porto da Praia, a acostagem no porto era inevitável.

"O barco foi fundeado na terça-feira, sem as melhores condições. O cabo que o sustentava era muito frágil e sabíamos que não ia suportar caso houvesse muito vento. Durante dois dias conseguimos aguentar, mas o inevitável acabou por acontecer". Após a atracagem, a Polícia Marítima criou um perímetro de segurança no Porto, com um controlo apertado de entrada e saída de pessoas.

Os clandestinos foram descobertos no sábado, 6 de Maio, a sudoeste da ilha da Brava, quando as autoridades marítimas nacionais se deslocaram a bordo do pesqueiro para verificar uma avaria no motor, respondendo a um pedido de ajuda da tripulação. O porto da Furna recebera a informação de que havia 13 pessoas a bordo, mas as autoridades marítimas da ilha acabaram por detectar mais de cinco dezenas de passageiros encerrados no porão.

O rebocador Cabo Verde que, nessa altura, estava já a rebocar a embarcação para atracagem na ilha do Fogo, recebeu ordens para se dirigir para a capital. Aqui, a Capitania dos Portos de Sotavento, as autoridades e a polícia de fron-

teiras assumiram o controlo da situação.

Inicialmente a Direcção de Imigração e Fronteiras teve dificuldades em identificar os ocupantes do pesqueiro. A maioria não tem documentos e por isso cada um dá o nome e a nacionalidade que lhe convier. "A identidade que avançam não corresponde muitas vezes à verdade, numa tentativa de despistar as autoridades e evitar o recambiamento para os seus países de origem", explicou Júlio Melício, director da DIF.

As autoridades acreditam, contudo, que provêm da Gâmbia, Guiné-Bissau, Togo, Ruanda, Nigéria, Serra Leoa, Costa do Marfim, Gana, Sudão, Chade e Libéria. A tripulação é originária da Mauritânia.

Centenas de pessoas residentes na costa ocidental africana tentam todos os anos chegar à Europa servindo-se das Canárias como porta de entrada. Por mais de uma vez, as embarcações acabaram por arribar às costas de Cabo Verde. A 11 de Março, recorde-se, o navio Matiota descobriu doze cadáveres, já em estado de decomposição, num pequeno bote à deriva perto da Boa Vista.

Outro exemplo do desespero africano de fugir do seu país de origem para chegar a todo o custo na Europa, é a história ocorrida no Sal, também esta semana: um grupo de cidadãos africanos sequestrou um navio pesqueiro na baía de Santa Maria.

Na altura, havia apenas um tripulante a bordo, António Óscar, que, ameaçado com uma faca, viu-se obrigado a fazer-se ao mar. Os indivíduos acabaram por regressar à costa algumas horas depois, forçados por uma avaria no motor. Alguns foram detidos pela POP.

A embarcação pertencia ao ex-seleccionador nacional de futebol Óscar Duarte, que, de acordo com as nossas fontes, informou à POP ter sido abordado há algum tempo por um senegalês que queria comprar o navio. Óscar Duarte não aceitou a proposta por desconfiar na altura que a razão do contacto seria tráfico humano.

Ainda no Sal, deu à costa na praia de Fúria um corpo que se acredita ser de um indivíduo da costa ocidental africana. O cadáver, encontrado em avançado estado de decomposição, mantinha um colecte salva vidas.



STATE OF RHODE ISLAND AND PROVIDENCE PLANTATIONS  
FAMILY COURT  
JUVENILE CLERK'S OFFICE  
ONE DORRANCE PLAZA  
PROVIDENCE, RI 02903  
(401) 458-3290

### NOTIFICAÇÃO

Providence County	DATE: 28 Abril, 2006
Notifica-se a:	Joaquim Timas Evora e a todas as partes interessadas
Em Resposta:	Raheem Vicente Silva
Data de Nascimento:	02-05-2006
N.º do Menor:	200606311
Processo N.º:	PTV-06-000006

Encontra-se no Rhode Island Family Court um processo que visa decidir relativamente aos seus direitos de paternidade sobre o menor em epígrafe. Caso não compareça na audiência, a realizar no Family Court, One Dorrance Plaza, Providence, RI 02903, no dia 23 de Maio de 2006, pelas 09:00:00, será proferida a decisão, sem o seu consentimento, no sentido de perder todos os seus direitos de paternidades sobre este menor, pelo que o menor poderá, a partir dessa data, ser adoptado.

F. Charles Haigh  
Administrador / Clerk

### Estrada Baía – Calhau chega à aldeia



## Troço pronto para pavimentação

A terraplanagem da estrada que liga Baía a Calhau chegou à "porta de entrada" da segunda aldeia do Norte da Baía das Gatas, um percurso estimado em mais de dois mil e setecentos metros. A próxima etapa será a pavimentação deste pequeno troço, que poderá começar dentro em breve, como deixa entender o Eng.º João Rego, da empresa empreiteira Armando Cunha.

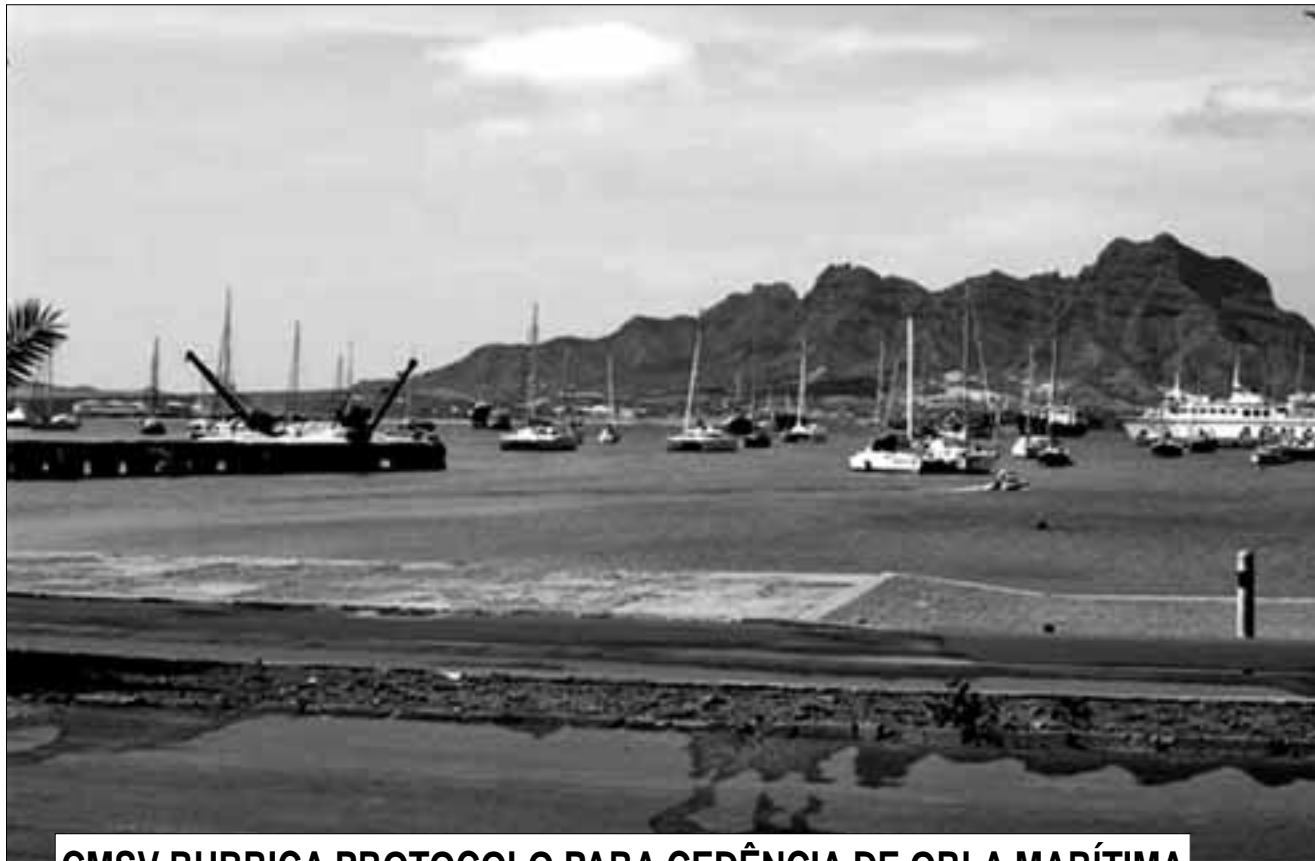
"Diria que a drenagem e a terraplanagem já estão concluídas e que vamos a um bom ritmo de execução. Este projecto tem duas fases e já estamos a acabar a primeira etapa, que vai consistir na pavimentação de quase três quilómetros de via", explica Rego, sem avançar a data precisa para o início da pavimentação. Rego adiantou, no entanto, que a empresa está neste momento a fazer a estocagem dos materiais que vão ser usados nesse processo.

O término desta primeira fase está aprazado

para o dia 1 de Agosto mas, segundo o citado engenheiro, a empresa conta terminar o trabalho antes do tempo. Depois disso será feita uma reavaliação do projecto, cuja finalidade é fazer a ligação entre as zonas piscatórias da Baía e do Calhau, numa extensão de oito quilómetros de via. Esta obra vai permitir o acesso da população a uma parcela da costa marítima da ilha de S. Vicente até então inacessível por carro. Só os pescadores e as pessoas curiosas já desbravaram a zona costeira que separa o Norte da Baía da Praia Grande, situada no Calhau.

A construção da estrada teve início em Janeiro e, como o prometido pelo Ministério das Infra-estruturas, várias pessoas do Norte da Baía e da Salamansa foram empregadas nessa obra. Para Tuda, uma sexagenária do Norte da Baía, o sonho de desencravamento da localidade começa a tornar-se algo palpável.

**A intenção manifestada por investidores privados de implementar um empreendimento turístico de alta qualidade em São Vicente encontrou eco junto da Câmara Municipal que com eles rubricou um protocolo envolvendo uma área de cerca de 570 hectares de terreno e que abarca uma parte significativa da orla marítima entre Salamansa e a Baía das Gatas. Os vereadores da oposição, mais uma vez confrontados com um protocolo já assinado, contestam o procedimento da Câmara. Por sua vez, o Ministério das Infra-estruturas e Transportes, que tutela a área marítima, já alertou a autarquia de que a orla marítima é inalienável.**



**CMSV RUBRICA PROTOCOLO PARA CEDÊNCIA DE ORLA MARÍTIMA**

## PAICV acusa Isaura Gomes de usurpar o poder do Estado

O protocolo assinado entre a Câmara Municipal, representada por Isaura Gomes, e os investidores Alice Lorena Santos, FM Cabo Verde – representada pelo Engenheiro Canuto e Kevin Brady – e Empreitel Figueiredo, representada por Paulo Figueiredo e Silva, é em tudo idêntico ao que a edilidade estabeleceu com a empresa Empreitel. Excepto pelos números, que mais que duplicaram. Desta vez, os vereadores foram confrontados com um documento em que o município acorda vender aos investidores, pelo preço de 120 escudos o metro quadrado, uma superfície de cerca de 570 hectares de terreno urbanizável.

O terreno, localido a Norte da ilha, inclui a zona de Chão de Salamansa e parte de Chão de Baía. Faz fronteira com a povoação e com o Monte Fio de Salamansa, a Sul com a estrada Mindelo/Baía das Gatas, a Este com os limites da Zona de Desenvolvimento Integrado da Baía e a Norte está delimitada pela linha do litoral, no sentido nascente/poente, desde a Cova da Inglesa até à Praia de Salamansa. Uma vasta extensão de terreno que, acredita a Câmara Municipal, poderá gerar um impacto positivo no desenvolvimento económico e social da localidade e da ilha.

Os valores não deixam dúvidas, pelos menos, por enquanto, quanto ao peso económico que o projecto poderá ter na ilha de São Vicente. De acordo com o protocolo, o montante global do terreno é de 684 mil contos. O pagamento será efectuado em cinco prestações iguais, a primeira das quais de cerca de 136 mil contos, será paga no acto de registo para a transferência da propriedade. A segunda prestação vence na data do início dos trabalhos da primeira fase e as demais tranches serão sucessivamente liquidadas a contar da data do início dos trabalhos. “Para além do preço de venda

e condições de pagamento definidos, os investidores comprometem-se a executar em Salamansa obras sociais e melhorias infra-estruturais, nomeadamente desportivas, durante a execução do projecto, o correspondente a 20% do valor global do terreno”, lê-se no referido protocolo a que tivemos acesso.

Quanto ao projecto, segundo o documento, é um empreendimento turístico em que os investidores ficam obrigados a dimensionar e projectar, para além de hotéis, apartamentos, residenciais, campos de golfe e outras infra-estruturas turísticas, os equipamentos urbanísticos necessários. Ou seja, os investidores terão de construir as vias de acesso, a rede de esgotos, de água e electricidade, de forma a maximizar a utilidade que esses equipamentos possam ter, não apenas para os empreendimentos turísticos mas também para a população de Salamansa e Baía.

### Orla marítima inalienável

A assinatura deste protocolo sem ouvir os demais vereadores que compõem o elenco camarário revoltou, mais uma vez, os representantes do PAICV. Estes, de acordo com Benvindo Spencer, desaprovaram a atitude da presidente da Câmara de confrontar os seus pares com factos consumados e decidiram acionar as autoridades. “Procurámos a Direcção-Geral da Marinha e Portos para saber se tinham sido consultados sobre a matéria, tendo em conta que abarca a área marítima.” Aí “Zeferino Fortes nos garantiu que nunca foram ouvidos. O mais grave é que a DG da Marinha e Portos ficou a conhecer o protocolo através dos vereadores do PAICV que o procuraram”, revela Spencer.

OPAICV faz questão de esclarecer que

não está contra a assinatura de protocolos, desde que a Câmara respeite aquilo que a lei estabelece. Por isso, defende que a Câmara ouça as demais autoridades, neste caso a Direcção-Geral da Marinha e Portos, e leve o assunto às sessões da Câmara para ser aí discutido, antes de rubricar os protocolos. “Infelizmente para nós, não é assim que as coisas se processam na Câmara de São Vicente. Sistemáticamente os vereadores são confrontados com protocolos já assinados, não obstante termos manifestado que não concordamos com a forma como as coisas estão a ser feitas. A presidente entende que assinar protocolos é uma prerrogativa dela e não aceita ser contestada ou confrontada”, frisa Spencer, acrescentando que não é assim, e o Estatuto dos Municípios define claramente os poderes.

Neste caso concreto, em que os montantes são elevados, o protocolo exigiria um tratamento mais cuidado, advoga o vereador tambarina. Outrossim, observa, é preciso ter em conta a sua localização na orla marítima, que vai da Baía das Gatas a Salamansa. “Penso que ainda não foi definido em concreto o que vai ser construído nesses 570 hectares de terreno. A minha expectativa é que este compasso de espera resulte do facto de os investidores terem sido alertados de que é preciso conseguir o aval do governo ou da Cabo Verde Investimentos para avançar com um projecto desta envergadura. E eu acho que, pelos valores envolvidos, o projecto extravasou de longe as competências da Câmara”.

A DGMP confirma que teve conhecimento do protocolo por outras vias que não a Câmara Municipal e que, de imediato, enviou uma carta alertando a presidente Isaura Gomes para o facto de parte do terreno se situar na orla marítima. Isto é, afirma Zeferino Fortes, fora da área de ju-

risdição da edilidade. Embora até ao fecho desta edição, não tivesse obtido qualquer resposta da autarquia dirigida por Gomes, o DG da Marinha e Portos acredita que a responsável camarária tenha entendido o alcance da missiva e as consequências advenientes.

O ministro das Infra-estruturas e Transportes, que tutela a DGMP, afirmou, por sua vez, a respeito do protocolo: “Sei que uma fatia significativa do terreno cedido está na orla marítima e, portanto, não pode em hipótese alguma estar incluída no negócio. Aliás, já foi comunicado à Câmara e aos interessados que a orla marítima de Cabo Verde é inalienável. De resto, é o Estado, através do Ministério das Infra-estruturas e Transportes, que detém a sua autoridade de gestão”.

Manuel Inocêncio frisa que a jurisdição da orla marítima compete ao Governo pelo que apenas este poderá conceder parcelas, se entender que tal é do interesse público, mas por tempo determinado. “A Câmara Municipal não tem jurisdição sobre a orla e não pode, em circunstância nenhuma, dispor de ou vender esses terrenos. A nossa Constituição proíbe a venda, inclusive ao Estado. Esses terrenos só podem ser cedidos por contratos de concessão”, assegura.

Salvaguardada que está a orla marítima, de acordo com uma fonte de **A Sema-na**, continua pendente o caso do terreno circundante. É que, segundo a mesma fonte, é preciso clarificar se o terreno fora da orla pertence à Câmara de São Vicente ou ao Património do Estado. “Ainda não temos dados definitivos. Mas, pelo menos por agora, temos fortes indícios de que as restantes parcelas não são municipais. Isto é, pertencem ao Ministério das Finanças, concretamente ao Património do Estado de Cabo Verde”, conclui a fonte.

Constância de Pina



## Briga entre vizinhos por causa de poluição sonora

O proprietário do restaurante Furnalha procurou A Semana para denunciar uma situação de conflito aberto que vive com o seu vizinho e que, segundo ele, poderá desembocar em tragédia se ninguém tomar uma providência. Carlos Araújo admite que produz algum barulho no seu estabelecimento por causa das noites cabo-verdianas que promove, mas nada por aí além. Versão diferente tem Nelson Almeida que, depois de recorrer à Câmara e Assembleia Municipal, Polícia de Ordem Pública e Associação de Defesa do Consumidor sem sucesso, decidiu resolver o assunto, literalmente, com as próprias mãos.

Carlos Araújo garante que a Furnalha é por natureza um espaço silencioso, excepto nas quintas, sextas e sábados, quando promove noites cabo-verdianas, que se prolongam, no máximo, até às 23 horas. Por causa disso, entende Araújo que o seu vizinho está de implicância e que só isso explica um abaixo-assinado entregue na Câmara Municipal e as queixas apresentadas à Polícia. Acções que foram todas rebatidas na mesma moeda. “Eu também expus a situação à POP, sobretudo depois da última briga em que fiquei com algumas sequelas. Lá pediram para procurar o hospital para fazer exames e só depois apresentar uma queixa. Entretanto o meu vizinho ameaçou-me de

morte, mas a POP nada pôde fazer porque não tem respaldo legal para actuar na prevenção”, informa.

E, é em exemplos que Carlos Araújo se apoia para ilustrar a sua insegurança e justificar os seus receios quanto à sua integridade física. “Já fui agredido com pedras e tenho-as guardado como provas. Mas, infelizmente, na nossa legislação a pedra não é considerada uma arma. Sinto que estou desprotegido e temo inclusive por minha vida porque o meu vizinho já demonstrou publicamente que está descontrolado”, observa Carlos Araújo, acrescentando que o seu estabelecimento é invadido sempre que o seu vizinho se sente incomodado e, porque nunca reage está a ser chamado de covarde.

Nelson Almeida admite que na noite de 22 para 23 de Abril envolveu-se em uma discussão e agressão física com muita violência contra o proprietário da Furnalha. Aliás, segundo ele, a intervenção de outras pessoas evitou uma tragédia maior. “A situação está complicada. Sou um homem de 71 anos, mas foram precisos dois para me derrubar. O empregado de Araújo bateu-me com uma cadeira de ferro e fui parar ao hospital com um ferimento na cabeça, dores nas costas e um dedo partido. Nunca vou perdoá-lo. Se fosse ele

a bater-me com a cadeira entenderia que foi a maneira que encontrou para revidar. Agora, pedir ao seu empregado/capanga para me bater enquanto nós dois estamos atacadados é covardia”.

Mas para se chegar às vias de facto, afirma Almeida, os dois já percorreram um longo caminho, que se iniciou em 2003, com a construção do espaço. De lá para cá, estiveram na Câmara a discutir um pedaço de terreno, a questão da poluição sonora foi levada a uma das sessões da Assembleia Municipal e Almeida chamou a polícia pelos menos 40 vezes para acabar com o barulho, sempre depois de uma hora da manhã. “A minha mãe tem 94 anos e o seu quarto fica paredes-meias com o restaurante e o barulho perturba-a imenso. Nos últimos tempos, por causa das constantes discussões, tenho de tomar medicamentos para controlar a ansiedade. É bem capaz que eu o tenha, de facto, ameaçado porque estamos desesperados. E se as autoridades não actuam, os dois vamos ter de resolver a situação”, conclui Almeida, que, por causa da perturbação, resolveu desencadear um “movimento contra o barulho nas horas de repouso, em defesa da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos” que tem por objectivo cobrir toda a ilha, de Salamansa a S. Pedro.

Constância de Pina

## Empresários da Britar suspendem greve de fome

Os dois empresários da Britar que se encontravam em greve de fome há duas semanas decidiram suspender essa forma de protesto na madrugada de sábado. A decisão resulta de negociações nas quais participaram o padre Boaventura Lopes, em representação da Igreja Católica, Fernando Moeda, representante do Presidente da República e um responsável da CVC.

Como resultado do acordo, que imediatamente suspendeu a greve de fome, os dois empresários, Carlos e Lourenço de Pina, vão continuar por mais um ano nas instalações da sua empresa, a Britar, em Achada Grande. Depois disso, soube “asemanaonline”, vão aceitar o terreno oferecido pela Câmara Municipal, também em Achada Grande.

Esse resultado das negociações, que se arrastaram pela noite adentro e foram concluídas praticamente na madrugada de sábado, põe um ponto final a uma situação inédita para a realidade cabo-verdiana e que não deixou a sociedade impávida. Por um lado uns se posicionavam a favor dos grevistas e contra a postura da Câmara Municipal da Praia e do Tribunal, outros questionaram-na. Num país onde a fome ainda é um fantasma, há quem tenha criticado essa postura extrema dos dois grevistas, baseados no princípio de que os problemas com a lei resolvem-se nos tribunais.



## Crime em S.Filipe

# Após facada mortal agressor salta no abismo



O cidadão fogueense da localidade de Fugido que tentou suicidar-se na tarde do dia 9, terça-feira, na rocha do Presídio, após ter atingido mortalmente o comerciante Miguel Andrade Silva com uma facada no pescoço, foi apresentado ao Ministério Público, na quarta-feira, para efeito da legalização da prisão.

Do hospital público, para onde ocorreu um número considerável de populares e familiares que queriam ver o autor do crime, este foi conduzido, sob forte medidas de segurança, à esquadra da POP, onde antes de ser conduzido ao tribunal, foi submetido a um longo interrogatório.

Conforme o comandante da esquadra, Alberto Alves, já foram ouvidas cinco das nove testemunhas oculares do crime. E a polícia já recuperou, na quarta-feira, na Rocha do Presídio, a chamada faca-80, a arma branca que o agressor utilizou.

Acusado de homicídio voluntário, José de Tadeu deverá, segundo a legislação em vigor, incorrer a uma pena entre 8 e 16 anos de prisão. O caso está a mobilizar a opinião pública da pacata cidade de S.Filipe. De acordo com testemunhas oculares ouvidas pela polícia, o conflito começou por volta das 14h do dia

9, no Bar de Eurico Djom de Tocha, que fica junto ao presídio, com um desentendimento entre a vítima e o agressor – os dois aparentavam estar bêbados.

Insatisfeito com o seu colega, Tadeu abandonou o local, mas para aí regressa, por volta das 18h, munido de uma faca. E sem muitos delongas, espectou-a no lado direito do pescoço de Miguel Andrade Silva, mais conhecido por Miguelim, Conduzido de imediato ao hospital de S.Filipe, Silva morre momento depois.

O agressor dirigiu-se de imediato ao Presídio, e saltou da rocha para a Praia de Fonte Bila. Alguns cidadãos que se encontravam aí conduziram-no ao hospital.

“O autor do crime só tem escoriações em algumas partes do corpo. Teve muita sorte, porque ao saltar pela rocha abaixo, rolou por cima do lixo ali acumulado, os que impediu que contraísse ferimentos graves”, descreve uma das testemunhas oculares, para quem esse homem até aparentava ser relativamente sereno e calmo.



## Farmácias e utentes preocupados: há excessos nas receitas médicas?

Fim-de-semana. Numa farmácia da capital, uma senhora, da periferia da cidade, procura aviar uma receita que lhe passaram na Urgência do Hospital Agostinho Neto. Uma grande quantidade de medicamentos para o seu filho de nove anos, e que inclui injeções de penicilina, suga-lhe mais de três mil escudos, muito mais do que aquilo que pode realmente pagar. Para a farmacêutica de serviço o excesso de medicamentos é o pão nosso de cada dia nas farmácias do País. “*Em muitas receitas os médicos usam um míssil para matar um mosquito*”, comenta.

Medicamentos aparentemente em excesso para os sintomas do doente, e muitas vezes receitados sem qualquer exame. A prescrição intensiva de penicilina injectável sem a preocupação de saber se o paciente é alérgico a esse antibiótico. Um médico que receita um fármaco que, apesar do nome comercial diferente, é o mesmo que o seu colega receitou e que está sendo utilizado pelo paciente. Estas são algumas anomalias, em termos de prescrição médica, detectadas por uma farmacêutica que conversou com **A Semana**. “*Há casos em que só depois de comprar a penicilina injectável e fazer a medicação a pessoa descobre que é*

*alérgica*. Para além desta situação poder levar até à morte, o paciente gastou o seu dinheiro num medicamento que não vai usar e que muitas farmácias não aceitam de volta.

Junta-se a isto o facto de alguns médicos sobreporem medicamentos com a mesma função, com o nome comercial diferente. Isso aconteceu ao jovem K. que nos mostra a verdadeira farmácia que carrega consigo para controlar a asma. Quando lidas as informações que os medicamentos trazem, cinco deles têm a mesma função, o que significa não só o gasto desnecessário de dinheiro como também perigo para a vida desse jovem, pois a conjugação de certos medicamentos pode não só ter efeitos secundários como causar uma *overdose*.

Mas contra este e outros factos, e a realidade detectada num fim-de-semana numa farmácia da capital, há quem veja a situação de forma menos dramática. Numa outra farmácia da cidade, a responsável acredita mesmo que os excessos, em termos de receituário e, particularmente, na prescrição de penicilina injectável, são cada vez mais raros. “*Em termos da penicilina, hoje vendemos em um mês o que vendíamos em três dias há poucos anos.*”

Entretanto essa fonte não deixa de reco-

nhecer que há quem medique sem ter todas as informações sobre o paciente. O que faz, por exemplo, com que cheguem à sua farmácia “*mulheres grávidas com receitas de medicamentos que fazem mal à gravidez*”. Nesse caso o que acontece, deixa entender, é uma falta de comunicação entre o médico e o paciente, algo que, pode ter sérias consequências.

Além disto, e mesmo considerando que é difícil para um farmacêutico falar em “*receitas com excesso de medicamentos sem saber o diagnóstico feito pelo médico*”, a nossa fonte deixa entender que seria desejável o médico, antes de passar uma receita, conhecer também se a situação financeira do utente lhe permite adquirir os medicamentos. “*Acho que se devia ter sempre em conta o custo do medicamento e o seu benefício*”, afirma.

Embora a nossa fonte acredite que a situação tem conhecido melhorias substanciais, pelo menos na sua farmácia, conhecida por ser rígida em relação a certos princípios – “*o que tem afugentado alguns clientes*”, segundo a responsável – não deixa de se preocupar com o que pode ser uma nova forma de burlar o INPS. “*Há receitas que nós temos a nítida noção que não são propriamente uma receita,*

*pois destacam-se pela grande quantidade dos mesmos medicamentos. Entretanto são receitas assinadas por médicos e com o carimbo do INPS*”.

### Racionalidade da prescrição

Se situações menos famosas, em termos de prescrição de medicamentos, ainda persistem, um facto é que a nível oficial medidas vêm sendo tomadas com vista à prescrição e uso racionais de medicamentos. A principal medida nesse sentido é, sem dúvida, a Lista de Medicamentos Essenciais, que existe desde o ano passado. Além disto, está em curso a definição de uma política de prescrição e uso racionais de medicamentos essenciais.

Paralelamente a essas medidas de carácter legal, os técnicos de saúde – médicos e farmacêuticos – vêm sendo sensibilizados para esta realidade. Exemplo disto é o primeiro curso, realizado no ano passado, sobre prescrição, dispensa e uso racional de medicamentos no tratamento dos doentes. Sobre esta questão, **A Semana** procurou, ainda, informar-se junto à Direcção-Geral da Saúde, mas não lhe foi possível falar com o responsável.

## Clínica da Murdeira envolta em polémica

A Ordem dos Médicos ameaça interpor uma providência cautelar para impedir o funcionamento da clínica, por o seu pessoal médico não estar inscrito na OM e “*por isso não pode exercer medicina em Cabo Verde*”. Só que, segundo o director-geral da Saúde, a unidade está sim licenciada e pronta a funcionar.

A Clínica da Murdeira, no Sal, mal foi inaugurada pelo primeiro-ministro José Maria Neves, na presença do ministro de Estado da Saúde, Basílio Ramos, já está envolta em polémica. A infra-estrutura está a ser alvo de fortes críticas por parte da Ordem dos Médicos de Cabo Verde que acusa os seus promotores de estarem a funcionar na “*clandestinidade e ilegalidade*”.

A Ordem dos Médicos não aceita a inscrição de Brigitte Annelie Herzog, Wolfgang Gerath, Frannko Laric e Edgar Felger - os quatro especialistas de nacionalidade alemã que constituem o corpo clínico dessa unidade hospitalar - alegando que não preenchem os requisitos para exercerem a profissão em Cabo Verde.

Em carta endereçada ao ministro da Saúde, no passado dia 19 de Abril, o bastonário da Ordem dos Médicos explica que “*o reconhecimento do diploma de Licenciatura em Medicina, bem como do de especialista são da competência exclusiva do Ministério da Educação*”, cuja Direcção-Geral do Ensino Superior não recebeu, segundo uma nota de 28

de Abril endereçada à OM, nenhum pedido de equivalência. E que nem se encontrou nada a respeito dos especialistas alemães “*nos registos de equivalências e reconhecimento de títulos referentes aos anos de 1997 a 2006*”.

Luís Leite lembra ainda ao ministro da Saúde que os estrangeiros só podem exercer medicina em Cabo Verde em três casos excepcionais: serem nacionais de países com os quais Cabo Verde tenha celebrado acordos de estabelecimento; terem prestado serviço, durante pelo menos três anos, no Serviço Nacional de Saúde com a condição de ler e entender o português; e quando a actividade tenha especial relevância para o nível da saúde da população ou para a economia do país. Na óptica da OM os especialistas alemães não preenchem nenhum desses requisitos. Por isso, o bastonário anunciou que a Ordem vai acionar todos os mecanismos legais para suspender a actividade da Clínica da Murdeira.

Entretanto, para o advogado Amadeu Oliveira, que assessora o projecto da clínica, o que foi inaugurado a 24 de Abril foi o complexo hospitalar. “*Isto não pode, de forma alguma, ser interpretado como o início de actividade, o que efectivamente ainda não aconteceu*”. Quanto aos pedidos de equivalência, Amadeu Oliveira, esclareceu a este jornal que “*só não foram encaminhados à Direcção-Geral do Ensino Superior porque faltam os certificados do ensino secundário de cada um dos médicos, uma exigência legal criada*

*em 1982*”. E isso demora o seu tempo porquanto, apesar de todos terem a nacionalidade alemã, são originários de países diferentes.

Com efeito, a intenção da Ordem dos Médicos de impedir o funcionamento da Clínica da Murdeira poderá ser uma tempestade em copo de água. Aliás, esta semana o director-geral da Saúde veio a público desdramatizar o caso, afirmando que o projecto da Murdeira tem sim licença para operar. “*O Centro Médico da Murdeira está a funcionar legalmente. A infra-estrutura possui uma licença provisória, passada pelo Ministério da Saúde. Portanto, de forma alguma chegámos a pensar que o centro estivesse na ilegalidade e muito menos na clandestinidade*”, afirmou Carlos Brito, para quem a clínica tem um alvará de funcionamento porque responde às exigências enquanto edifício. E depois tem mais que o mínimo de médicos: “*Esse corpo clínico para exercer, é preciso que os médicos façam prova de exercício na Alemanha, com documentos válidos, autenticados pela nossa embaixada*”. Assim, entende Brito, não é sequer concebível pensar que “*um médico, que é autorizado a exercer a profissão na Alemanha, não pode ser médico em Cabo Verde*”.

O director-geral da Saúde apela, por isso, ao bom senso para a resolução do problema, que considera “*delicado*” e que gostaria de “*poder resolver com toda a lisura, por aquilo que está implicado*”.